

## O Efeito Moderador da Corrupção do País de Origem Sobre a Capacidade do País Receptor de Atrair IED

**Manuel Portugal Ferreira**<sup>†</sup>

*Universidade Nove de Julho – UNINOVE / Instituto Politécnico de Leiria - ESTG*

**Helder Costa Carreira**<sup>Ω</sup>

*Instituto Politécnico de Leiria – ESTG*

**Dan Li**<sup>¥</sup>

*Kelley School of Business - IU*

**Fernando Ribeiro Serra**<sup>±</sup>

*Universidade Nove de Julho - UNINOVE*

### RESUMO

Pesquisa anterior tem identificado um impacto negativo da corrupção sobre a capacidade dos países de atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED), todavia tem sido escassa em avaliar os efeitos do país de origem dos investidores. Estendemos a pesquisa prévia distinguindo a corrupção generalizada e arbitrária do país receptor e seus efeitos sobre os influxos de IED. Também testamos se a corrupção no país de origem dos investidores afeta as decisões de IED. Os resultados indicam que a corrupção generalizada do país receptor influencia negativamente os influxos de IED, mas não a componente de arbitrariedade. Enquanto a corrupção no país de origem dos investidores impacta negativamente os fluxos de saída de IED globais, investidores de países com níveis elevados de corrupção não parecem dissuadidos por um alto nível de corrupção generalizada no país receptor. Esses resultados sugerem a possibilidade de haver algum tipo de capacidade de lidar com a corrupção pelo qual as empresas de países com corrupção elevada sejam mais sensíveis à corrupção do país receptor e, de fato, conseguem alavancar sua capacidade e investir mais em países receptores corruptos.

**Palavras-chave:** Efeitos de corrupção. Corrupção no país de origem. Capacidade de lidar com a corrupção. Investimento estrangeiro direto.

*Recebido em 03/03/2015; revisado em 13/05/2015; aceito em 28/08/2015; divulgado em 04/07/2016*

*\*Autor para correspondência:*

<sup>†</sup> Pós-Doutor em Administração.

**Vínculo:** Professor de Estratégia no PPGA da Universidade Nove de Julho & na ESTG – Instituto Politécnico de Leiria.

**Endereço:** Av. Francisco Matarazzo, 612, Prédio C – 2º, São Paulo – SP – Brasil. Cep. 05001-100.

**E-mail:** manuel.portugal.ferreira@gmail.com

<sup>Ω</sup> Mestre em Negócios Internacionais.

**Vínculo:** ESTG – Instituto Politécnico de Leiria & globADVANTAGE – Center of Research in International Business & Strategy.

**Endereço:** Morro do Lena, Alto Vieiro – Leiria – Portugal. Pbox 2411-901.

**E-mail:** h.costacarreira@gmail.com

<sup>¥</sup> Pós-Doutor em Administração.

**Vínculo:** Kelley School of Business, Indiana University.

**Endereço:** Kelley School of Business – IU. Bloomington – IN – EUA. PBox 47405-1701.

**E-mail:** lid@indiana.edu

<sup>±</sup> Doutor em Engenharia, Pós-Doutor em Administração.

**Vínculo:** PPGA Universidade Nove de Julho & globADVANTAGE – Center of Research in International Business & Strategy.

**Endereço:** Av. Francisco Matarazzo, 612, Prédio C – 2º, São Paulo – SP – Brasil. Cep. 05001-100.

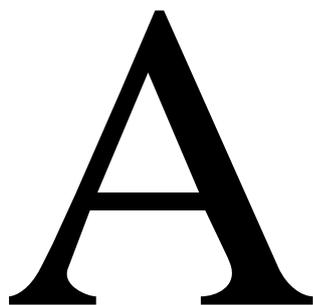
**E-mail:** fernandorserra@gmail.com

*Nota do Editor:* Esse artigo foi aceito por Bruno Felix.



Este trabalho foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

## 1 INTRODUÇÃO



corrupção é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social (MAURO, 1995) e tem efeitos nocivos sobre as ações e estratégias das empresas, principalmente sobre o investimento estrangeiro direto (IED) e decisões de modos de entrada. Alguns acadêmicos referem-se à corrupção como “areia” que torna mais difícil e caro realizar operações no exterior em aspectos tais como a obtenção de licenças e autorizações (HABIB; ZURAWICKI, 2002; VOYER; BEAMISH, 2004; CUERVO-CAZURRA, 2006, 2008). Contudo, outros estudos destacam que a corrupção do país receptor pode ter um impacto positivo no IED, atuando como “lubrificante” (LEFF, 1964; HUNTINGTON, 1968; BARDHAN, 1997; EGGER; WINNER, 2005; CUERVO-CAZURRA, 2008; AIDT, 2009) ao facilitar as transações, favorecendo que as empresas privadas superem regulamentação e instituições governamentais ineficazes. Outros, ainda, examinaram o impacto do IED sobre a corrupção (KWOK; TADESSE, 2006). Há também pesquisa relatando que a corrupção não exerce nenhum impacto sobre os fluxos de IED (WHEELER; MODY, 1992). A evidência empírica e conceitual é, portanto, inconclusiva sobre os efeitos da corrupção sobre o IED. Adicionalmente, poucos estudos se aprofundam sobre o possível efeito exercido pelo país de origem das empresas investidoras (MCWILLIAMS et al., 2002; HILLMAN et al., 2004; HOLTBRÜGGE, 2007, JIMÉNEZ; DELGADO, 2012).

A qualidade institucional dos países é um importante determinante da sua capacidade de atrair IED (WERNICK; HAAR; SINGH, 2009). As instituições formais são particularmente relevantes, pois fornecem o contexto ambiental em que ocorrem as transações e negócios, e a corrupção sinaliza o fracasso das normas e regulamentações as quais governam as transações. Por conseguinte, países com altos níveis de corrupção são susceptíveis de mostrar baixo desempenho na atração de IED (WEI, 1998). No entanto, é possível que as empresas usem essas insuficiências institucionais e, especificamente, a corrupção, de modo proativo nas suas estratégias de internacionalização (JIMÉNEZ, 2010). Ou seja, as empresas podem usar as suas capacidades políticas desenvolvidas nos seus países de origem (e.g., HILLMAN et al., 2004; HOLTBRÜGGE et al., 2007) ao entrarem em países com altos níveis de corrupção. Nesses casos, é possível que as empresas de países corruptos possam desenvolver uma capacidade de lidar com alta corrupção na sua internacionalização.

Neste artigo propõe-se complementar a literatura existente sobre como a corrupção impacta o fluxo de IED, considerando os efeitos tanto do país receptor como os do país de origem, especificamente analisando o papel moderador da corrupção do país de origem sobre a relação entre a corrupção do país receptor e o IED recebido. Além disso, esses efeitos podem ser mais bem capturados usando, por exemplo, a conhecida distinção entre a corrupção generalizada e arbitrária do país receptor. Os nossos testes empíricos basearam-se no IED de 28 países investidores pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 49 países receptores, uma amostra de 875 pares de países receptores/investidores de IED, e aplicou-se um modelo Tobit não linear. Foi constatado que a corrupção generalizada do país receptor influencia negativamente o influxo de IED, mas não encontramos um efeito significativo da corrupção arbitrária. Confirmou-se, também, o efeito significativo de altos níveis de corrupção nos países investidores ao realizar IED em países receptores e o efeito da interação da corrupção nos países investidores e receptores sobre os fluxos de IED, de modo que a corrupção nos países investidores e receptores aumenta o IED. Em suma, a corrupção no país de origem dos investidores demonstrou ser um determinante significativo dos fluxos de IED, um aspecto que tem sido amplamente negligenciado em pesquisa prévia.

Este estudo contribui para uma melhor compreensão do efeito da corrupção de IED, seguindo a literatura existente (WEI, 1998; HABIB; ZURAWICKI, 2002; CUERVO-CAZURRA, 2006, 2008; JUDGE et al., 2011). Talvez a contribuição seja mais saliente para promover o debate sobre como as empresas podem desenvolver capacidades políticas e, especialmente, a capacidade de lidar com a corrupção nos países receptores, em sua internacionalização (ver HILLMAN et al., 1999; HOLTBRÜGGE et al., 2007; JIMÉNEZ; DELGADO, 2012). Em certa medida, temos evidência parcial de que a corrupção no país de origem dos investidores parece ser relevante, sustentando o argumento de que as empresas podem ser capazes de desenvolver uma capacidade de lidar com a corrupção desenvolvida no seu país de origem. De modo similar, é possível que o valor de se utilizar essas capacidades, as quais poderão ser conceituadas de forma mais ampla incluindo a de lidar com outras insuficiências institucionais, também seja função dos países para os quais as empresas procuram expandir.

Nas seções seguintes, realiza-se uma breve análise da literatura relevante sobre a corrupção e o seu impacto no IED, seguindo com a apresentação de hipóteses sobre como a corrupção no país de origem e de acolhimento influenciam o IED. A terceira seção

compreende a metodologia, incluindo amostra e variáveis. A seção quatro inclui os resultados. Concluimos com uma discussão ampla, apontando limitações e sugestões para pesquisa futura.

## 2 REVISÃO LITERÁRIA

O Banco Mundial (2000) define a corrupção como o abuso de poder para obter benefícios privados e inclui pagamento de subornos, desvio de fundos, favoritismo, uso inadequado de influências e pagamentos irregulares na contratação pública. A última década tem visto um aumento na atenção acadêmica para os efeitos da corrupção sobre vários aspectos da atividade econômica. Na maioria, esta pesquisa investiga os efeitos nocivos da corrupção, quer no desenvolvimento e crescimento econômico (por exemplo, SHLEIFER; VISHNY, 1993; MAURO, 1995, 1998), na produtividade e investimento estrangeiro (por exemplo, MAURO, 1995; DOH et al., 2003; LAMBSDORFF, 2003), ou nas estratégias de empresas em ambientes corruptos (JENSEN et al., 2010; SPENCER; GOMEZ, 2011; KARHUNEN; LEDYAEVA, 2012; BARBOPOULOS et al, 2014). Uma parcela considerável desses estudos foca-se na corrupção e na capacidade de um país para atrair investimentos estrangeiros diretos.

As abordagens de custos de transação e teoria institucional são dois ângulos conceituais que os pesquisadores adotaram a fim de melhor explorarem e compreenderem os efeitos da corrupção (SHLEIFER; VISHNY, 1993; MAURO, 1998; UHLENBRUCK et al., 2006). Vários estudos relacionam a corrupção aos custos adicionais de fazer negócios em países altamente corruptos (CUERVO-CAZURRA, 2006, 2008). Outros estudos relacionam a corrupção ao desenvolvimento institucional de um país (DOH et al., 2003; UHLENBRUCK et al., 2006) ou exportações das empresas (LEE; WENG, 2013). Segundo North (1990), as instituições fornecem as fundações, ou o campo de atuação, que os indivíduos usam para reduzir as incertezas que podem surgir em suas transações. Os custos de transação são, provavelmente, mais altos nos países menos institucionalizados (DELIOS; HENISZ, 2003; HENISZ, 2000). Dado que as instituições fornecerem a estrutura onde ocorrem as transações, a qualidade institucional é um determinante importante do IED (KINOSHITA; CAMPOS, 2004; ZEGHNI; FABRY, 2009). A corrupção aumenta as imperfeições do mercado (WILLIAMSON, 1985) e os custos de transação (DELIOS; HENISZ, 2000).

A relevância dos fatores institucionais sobre a capacidade de atrair IED tem sido examinada extensivamente. A corrupção, pelo menos em algumas de suas manifestações, pode ser o resultado de insuficiências institucionais. Busse e Hefeker (2007) examinaram as

relações entre o risco político, as instituições e os fluxos de IED entre economias em desenvolvimento e concluíram que a estabilidade do governo, conflitos sociais e tensão étnica, a lei e a ordem e corrupção determinam os fluxos de IED (BÉNASSY-QUÉRÉ et al., 2007). Daude e Stein (2007) relataram que quanto maior a qualidade institucional do país, maior é sua capacidade de atrair IED e que a imprevisibilidade, o excesso de regulamentação e de instabilidade política dificultam o investimento estrangeiro.

O ambiente institucional influencia os fluxos de IED de variadas maneiras. Daniele e Marani (2006) observaram que a qualidade institucional reduz os custos de investimento e tem um impacto no IED. No entanto, as evidências empíricas da pesquisa existente sobre o impacto da corrupção no IED são inconclusivas. A relação entre a corrupção do país receptor e o IED que este recebe é usualmente negativa (por exemplo, WEI, 2000; LAMBSDORFF, 2003; VOYER; BEAMISH, 2004), mas alguns estudos não encontram nenhuma relação (por exemplo, WHEELER; MODY, 1992; HENISZ, 2000). A corrente dominante defende um impacto negativo da corrupção na capacidade de os países atraírem IED, notando que a corrupção aumenta os custos de realizar IED nos países de alta corrupção e enxerga a corrupção como uma barreira ao IED (CUERVO-CAZURRA, 2008). Pesquisa semelhante inclui Abed e Davoodi (2000) que revelaram que níveis mais baixos de corrupção nas economias em transição estavam relacionados com a atração de mais investidores estrangeiros, e de Habib e Zurawicki (2002) os quais relataram que os investidores estrangeiros evitam locais corruptos por razões morais e riscos operacionais.

Outra corrente, por outro lado, observou que a corrupção poderia atuar como “lubrificante” (LEFF, 1964; CUERVO-CAZURRA, 2006) especialmente nos países onde as instituições são fracas ou não foram totalmente estabelecidas, e a regulamentação é excessiva ou ineficaz. Nesses casos, a corrupção pode acelerar as transações ao permitir superar as deficiências institucionais (BARDHAN, 1997). Essa abordagem ganhou um impulso com a publicação de Nathan Leff (1964) sobre o “[d]esenvolvimento econômico através de corrupção burocrática”. A justificativa para um impacto positivo da corrupção é que a corrupção pode contribuir para eliminar a burocracia em excesso (HUNTINGTON, 1968). Mais recentemente, Egger e Winner (2005) utilizaram dados de 73 países para concluir que a corrupção é um estímulo ao IED.

### **3 DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL**

A figura 1 resume as hipóteses propostas, examinando como a corrupção influencia os fluxos de IED, avançando com duas perspectivas complementares as pesquisas existentes: (1)

a distinção entre corrupção generalizada e arbitrária do país receptor, e (2) o efeito moderador da corrupção do país de origem dos investidores.

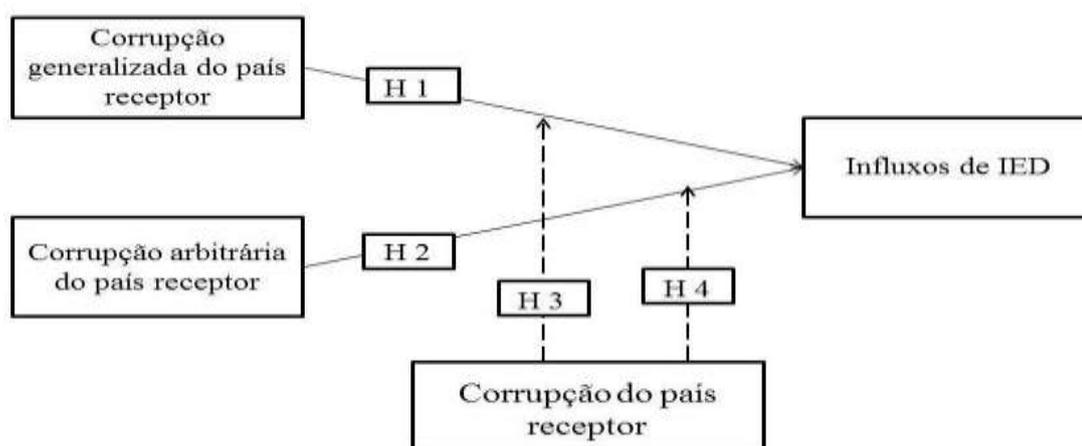


Figura 1 - Modelo conceitual

### 3.1 A CORRUPÇÃO GENERALIZADA DO PAÍS RECEPTOR E OS INFLUXOS DE IED

A corrupção tem um impacto negativo sobre várias facetas do ambiente econômico, desde a qualidade das infraestruturas e da eficiência do setor público e do investimento público (TANZI; DAVOODI, 1997) às desigualdades na distribuição de renda (XU; LI; ZOU, 2000). Em linhas gerais, em países corruptos os investidores incorrem em custos adicionais de subornar, obter informação, autorizações, licenças e proteção (CUERVO-CAZURRA, 2006). Shleifer e Vishny (1993) e Wei (2000), por exemplo, referem que a corrupção funciona como um imposto adicional, que, em alguns casos, pode ser altamente variável (ROSE-ACKERMAN, 1999).

No entanto, existem diferentes formas de corrupção. Uma distinção amplamente utilizada contrasta a corrupção generalizada e arbitrária e argumenta que a corrupção generalizada ou “organizada” e a corrupção arbitrária ou “desorganizada” influenciam os fluxos de IED de diferentes formas (SHLEIFER; VISHNY, 1993; MAURO, 1998; HERRERA; RODRIGUEZ, 2003). A corrupção generalizada reflete o grau em que a corrupção é generalizada no setor público. A corrupção generalizada é difundida em todos os departamentos e é absolutamente institucionalizada. A corrupção generalizada reflete o grau em que se propaga no setor público. Ela é difundida em todos os departamentos e é absolutamente institucionalizada (RODRIGUEZ; UHLENBRUCK; EDEN, 2005). O estudo de Collins e Uhlenbruck (2004) mostrou que quando os gestores observam corrupção tendem a envolver-se em “esquemas” corruptos. Ou seja, em ambiente de corrupção generalizada, as empresas estarão mais propensas a se envolverem em práticas corruptas.

Em países com elevada corrupção generalizada, os investidores podem estimar os custos adicionais de fazer negócios (CUERVO-CAZURRA, 2008). Nesses países as empresas já esperam convites para subornos e pagamentos irregulares para obter o que precisam, desde documentação a contratos. Essas ações aumentam os custos de operação (MEYER, 2001). Assim, é razoável sugerir os investidores estrangeiros se retraírem de realizar operações de IED em países com maiores níveis de corrupção generalizada devido aos custos adicionais que podem tornar as operações inviáveis, mesmo considerando a previsibilidade desses custos.

*Hipótese 1. Países receptores com maiores níveis de corrupção generalizada tendem a receber menos influxos de IED.*

### 3.2 A CORRUPÇÃO ARBITRÁRIA DO PAÍS RECEPTOR E INFLUXOS DE IED

Diversos autores argumentam que o impacto da corrupção arbitrária pode ser superior ao da corrupção generalizada (AHLSTROM; BRUTON, 2001; RODRIGUEZ et al., 2005; CUERVO-CAZURRA, 2006). Corrupção arbitrária refere-se à incerteza ou ambiguidade associada às transações corruptas no país (RODRIGUEZ et al., 2005; CUERVO-CAZURRA, 2008). Wei (1997) observou que as incertezas associadas à corrupção podem ser mais prejudiciais ao IED do que o nível real de corrupção instalado. Rodriguez et al. (2005) sustentaram que a arbitrariedade reduz a capacidade de as empresas cumprirem as exigências das regulamentações governamentais. Se a arbitrariedade da corrupção é baixa, os pagamentos a funcionários corruptos são como um imposto fixo (WEI, 1998, 2000) que previsivelmente não deverá afetar, pelo menos não substancialmente, as decisões dos gestores, pois estes já a esperam. Em contraste, quando a corrupção é mais arbitrária, as empresas têm de negociar e estão sujeitas à discricionariedade, principalmente a proveniente de diferentes interpretações das leis e regulações por funcionários governamentais (AHLSTROM; BRUTON, 2001; RODRIGUEZ et al., 2005). Nesses casos, a incerteza é maior, e os custos da corrupção podem ser maiores, já que cada funcionário varia os requisitos a fim de lucrar mais.

Shleifer e Vishny (1993) referiram a corrupção arbitrária como “corrupção desorganizada” na qual funcionários diferentes solicitam subornos e pagamentos, independentemente uns dos outros. Como resultado, subornar um funcionário não impede que outros também o solicitem. A falta de “coordenação”, ou “organização” e a impossibilidade de ainda assim garantir o funcionamento adequado aumenta substancialmente os custos e faz com que o planejamento seja um exercício fútil. Na verdade, Shleifer e Vishny (1993)

sugeriram ainda que, em regimes de corrupção organizada, os custos podem ser menores, e os efeitos nocivos da corrupção podem ser menos significativos do que quando a corrupção é desorganizada, ou arbitrária. Independentemente de qual tipo de corrupção tem o maior impacto, sugere-se a seguinte hipótese:

*Hipótese 2. Países receptores com maiores níveis de corrupção generalizada tendem a receber menos influxos de IED.*

### 3.3 A CORRUPÇÃO NO PAÍS DE ORIGEM

Embora grande parte dos fluxos de investimento estrangeiro tenha origem nas economias mais desenvolvidas e com níveis mais baixos de corrupção, nas últimas duas décadas tem havido um aumento do IED das economias emergentes e países presumivelmente mais corruptos. Parece razoável sugerir que as empresas que operam em países de origem corruptos desenvolvem uma “habilidade”, ou capacidade, para lidar com a corrupção. Para estas empresas elas, subornos e pagamentos irregulares fazem parte da normalidade das suas operações e, como tal, estão cientes de como se corrompe, oferece-se subornos e se consegue “fazer as coisas” – e podem chegar a ser boas em fazer isso (CUERVO-CAZURRA, 2008). Os gestores são capazes de usar essa habilidade ao internacionalizarem e ao enfrentarem situações corruptas semelhantes. Tal capacidade de corrupção implica uma mentalidade em que os gestores alteram suas premissas de negócios para incluir a corrupção como uma operação legítima e necessária, o processo de negociação e a identificação de qual é a melhor maneira de conduzi-lo. Talvez, esses gestores sejam mais propensos a investir em países receptores semelhantes ao seu país de origem nesse quesito (ver CUERVO-CAZURRA, 2006). Para essas empresas, a corrupção no país receptor pode não ser vista como um problema e, de fato, pode dar-lhes uma vantagem em face das empresas de países com baixos níveis da corrupção.

As empresas internacionalizam primeiro para países semelhantes aos seus ambientes domésticos (JOHANSON; VAHLNE, 1977), o que pode ser estendido para incluir o ambiente institucional e, mais especificamente, os níveis de corrupção. Esses países têm menor distância psíquica, o que cria menos incerteza. Argumentamos, neste estudo, que as empresas de países altamente corruptos podem utilizar os seus gestores mais experientes para assumir o comando das operações em ambientes receptores corruptos (CUERVO-CAZURRA, 2006), e que os investidores de países altamente corruptos tenderão a procurar entrar em outros países igualmente corruptos. Podemos, portanto, sugerir que o nível de corrupção do país de origem

pode influenciar quão sensível o IED será à corrupção no país receptor. As hipóteses seguintes referem-se aos efeitos moderadores da corrupção do país de origem.

**Hipótese 3.** *A relação negativa entre a corrupção generalizada do país receptor e os influxos de IED é enfraquecida quando países de origem dos investidores têm altos níveis de corrupção.*

**Hipótese 4.** *A relação negativa entre a corrupção arbitrária do país receptor e os influxos de IED é enfraquecida quando países de origem dos investidores têm altos níveis de corrupção.*

## **4 MÉTODO**

### **4.1 AMOSTRA**

A amostra deste artigo consiste em 875 pares de países receptores/investidores de IED; sendo 28 países investidores<sup>1</sup> e 49 países receptores<sup>2</sup> em 2008. Os países investidores são membros da OCDE para os quais estava disponível estavam disponíveis dados de IED no site da OCDE.

### **4.2 VARIÁVEIS**

A variável dependente é o influxo do IED do país receptor conduzido por um país investidor específico. Utilizamos o formato de logaritmo natural do volume do influxo de IED medido em milhões de dólares na análise de regressão. Realizaram-se dois procedimentos adicionais: primeiro, os fluxos negativos foram codificados como zero, e segundo, para não eliminar casos de fluxo de IED zero, adicionou-se o um ao log do IED.

#### **4.2.1 Variáveis independentes**

*Corrupção generalizada no país receptor.* A corrupção generalizada avalia a probabilidade de uma empresa ser exigida pagamentos extras e subornos sempre que lidarem com o governo, tribunais e juízes. A corrupção generalizada avalia a probabilidade de serem exigidos de uma empresa pagamentos extras e subornos sempre que lidarem com o governo, tribunais e juízes. Mensurou-se a corrupção no país receptor usando o índice de percepção de corrupção (IPC) da Transparência Internacional (ver também CUERVO-CAZURRA, 2007). O IPC varia de 0 (alto nível de corrupção) a 10 (baixo nível de corrupção), pelo que as pontuações foram invertidas de modo que uma maior pontuação evidencie níveis mais elevados de corrupção. Outros acadêmicos usam medidas alternativas. Por exemplo, Uhlenbruck et al. (2006) e Bogmans e Jong (2011), utilizaram dados da Pesquisa Mundial de Ambiente de Negócios (*World Business Environment Survey*) (2008). Essa alternativa foi

testada Testou-se essa alternativa, e foi encontrada uma correlação de 0,949 com a medida CPI.

*Corrupção arbitrária no país receptor.* A corrupção arbitrária reflete o grau de ambiguidade/incerteza associado à corrupção num determinado país. Essa variável foi medida pelo desvio padrão do IPC ou, dito de outra forma, pelas diferenças nas respostas individuais dos executivos sobre a percepção de corrupção no IPC. A variância reflete a incerteza sobre a corrupção generalizada, e quanto maior o desvio padrão, maiores as diferenças nas percepções entre os entrevistados, o que é uma proxy para arbitrariedade (ver BOGMANS; JONG, 2011).

*País de origem com alta corrupção.* Utilizamos o índice do IPC, invertendo as pontuações conforme explicado acima, para capturar a corrupção do país de origem. Adicionalmente, a variável foi dicotomizada – níveis de corrupção alta versus baixa – de modo que um país de origem foi considerado como tendo corrupção elevada se seu IPC fosse acima da média daquele dos 28 países de origem. Assim, a variável *país de origem com alta corrupção* assume o valor de 1 quando o índice de CPI do país de origem é maior que 3,05 e 0 quando é menor que 3,05

#### **4.2.2 Variáveis de controle**

Um conjunto de variáveis de controle foi incluído na análise de regressão para eliminar possíveis explicações alternativas. Modelos gravitacionais explicam o IED utilizando indicadores do tamanho do país receptor (PIB ou população) e a distância geográfica entre países de origem e receptores (LINNEMAN, 1966). Esse modelo tem sido adotado em estudos anteriores sobre os efeitos da corrupção nos influxos de IED (WEI, 2000; BEVAN; ESTRIN, 2004; CUERVO-CAZURRA, 2007).

*Tamanho do país receptor.* Os países maiores provavelmente atrairão mais influxos IED, pois têm grandes mercados de consumidores, e as empresas que investem investidoras podem explorar economias de escala (LINNEMAN, 1966; WEI, 2002). A medição utilizada foi o logaritmo natural do número de habitantes do país receptor, usando os dados coletados do *World Development Indicators*, do Banco Mundial (2009). Essa medida foi usada em estudos anteriores (BEVAN; ESTRIN, 2004; BOGMANS; JONG, 2011).

*Distância investidor-receptor.* A distância reflete os custos de transporte que dificultam o comércio e favorecem o IED (LINNEMAN, 1966; WEI, 2000). Utilizamos duas variáveis para capturar a distância física entre um par de países investidor-receptor. Primeiro, adotamos a distância CEPII<sup>3</sup> que mede a distância métrica entre as cidades capitais dos países (WEI,

2000B; CUERVO-CAZURRA, 2008; BOGMANS; JONG, 2011). Segundo, a distância geográfica é muitas vezes complementada com outras medidas, tais como se o país é costeiro, caso em que os custos de transporte no comércio internacional podem diminuir devido à utilização de meios marítimos, levando as empresas a preferirem a exportação sobre operações de IED (FRANKEL; ROSE, 2002). A informação costeira foi retirada da base de dados do CEPII. A variável país costeiro é igual a 0 quando nem o país de origem nem o país de destino é costeiro, 1 se um dos países do par é costeiro, e 2 caso ambos países sejam costeiros (WEI, 2000B; CUERVO-CAZURRA, 2007; BOGMANS; JONG, 2011).

*Restrições do país receptor ao IED.* Restrições ao IED provavelmente terão um impacto negativo sobre os influxos de IED. Medimos as restrições ao IED usando dados do *Global Competitiveness Report 2008-2009*, especificamente o item com uma escala tipo Likert de 7 pontos: “*Em que medida as regras que regem o investimento estrangeiro direto (IED) incentivam ou desencorajam?*” A escala foi invertida para que um valor maior denotasse restrições maiores. Ao controlar as restrições ao IED, elimina-se a explicação alternativa de que os fluxos de IED podem ser influenciados não pela corrupção, mas pelas restrições existentes.

*Restrições ao comércio do país receptor.* As restrições ao comércio internacional podem levar as empresas a preferir entrar em um país com operações de IED, servindo o mercado receptor com produção local ao invés em vez de importações (por exemplo, WEI, 2000B; CUERVO-CAZURRA, 2007; BOGMANS; JONG, 2011). Barreiras tarifárias elevadas podem levar as empresas a assumir IED como um substituto para as exportações (GROSSE; TREVINO, 1996). Essa variável foi medida pelo indicador de liberdade do comércio do índice de liberdade econômica da *Heritage Foundation*.

*Inflação do país receptor.* A taxa de inflação é um indicador de estabilidade macroeconômica, útil para avaliar a incerteza de se realizar de operações nesses países. Taxas de inflação elevadas aumentam a incerteza e risco e os custos de monitorização, financiamento e controle. Essa variável foi medida pela percentagem de aumento dos preços ao consumidor, utilizando dados do *World Development Indicators* (WEI, 2000B; CUERVO-CAZURRA, 2007; BOGMANS; JONG, 2011).

*Burocracia do país receptor.* A burocracia, tipicamente referida como papelada, exerce procedimentos excessivos para as empresas e reduz a atratividade do país como um receptor de investimento estrangeiro. De fato, o estudo do *International Business Report (IBR) 2011* da *Grant Thornton* concluiu que a burocracia excessiva é o principal fator limitante de a

capacidade das empresas brasileiras crescer. Utilizamos a *proxy* do número de dias para se começar um negócio a fim de medir a *burocracia do país receptor* (KINOSHITA; CAMPOS, 2004; BÉNASSY-QUÉRÉ et al., 2007). Os dados utilizados foram coletados do *Global Competitiveness Report 2008-2009*. Ao controlar o nível de burocracia, exclui-se a explicação que os influxos de IED são reduzidos não devido à corrupção, mas sim pela burocracia excessiva e custosa.

O quadro 1 oferece uma descrição resumida de todas as variáveis e fontes de dados utilizadas.

| Variável                     |   | Mensuração  | Fonte  |
|------------------------------|---|---|--|
| <b>Variável Dependente</b>   | Ln Influxo IED                          | Logaritmo natural do influxo de IED em 2008 em um país receptor em milhões de USD.  | OECD   |
| <b>Variável Independente</b> | País de origem com alta corrupção       | Indicador dicotômico de que o nível de corrupção está acima (1) ou abaixo (0) da média (3,05) para todos os países investidores. A medida da corrupção é o IPC – Índice de Percepção da Corrupção.  | Transparência Internacional (2008)   |
|                              | Corrupção generalizada no país receptor | A medida da corrupção é o IPC – Índice de Percepção da Corrupção.   | Transparência Internacional (2008)   |
|                              | Corrupção arbitrária no país receptor   | Desvio padrão do IPC.   | Transparência Internacional (2008)   |
| <b>Variáveis de Controle</b> | Tamanho do país receptor                | Logaritmo natural do número de habitantes no país de destino.   | Indicadores do World Bank Development (2009)   |
|                              | Distância Investidor-receptor           | Logaritmo natural da distância geográfica medida em quilômetros entre as capitais (origem e receptor) - círculo maior distância.  | CEPII<br><a href="http://www.cepii.fr/anglaisgraph/bdd/distances.htm">http://www.cepii.fr/anglaisgraph/bdd/distances.htm</a> |
|                              | País costeiro                           | Indicador da existência de fronteira marítima do país receptor e investidor: nenhum (0), um país (1) e ambos os países (2)  | CEPII  |
|                              | Restrições do país receptor ao IED      | Avalia as restrições impostas sobre o Investimento estrangeiro. “Até que ponto as regras que regem o investimento direto estrangeiro (IED) encorajam ou desencorajam esse investimento?”, variando entre 1- desencorajam fortemente o IED até 7- incentivam fortemente o IED. | Global competitiveness report: 2008-2009   |
|                              | Restrições ao comércio do país receptor | O índice avalia as restrições ao comércio internacional. Varia entre 100 – restrições ao comércio baixas e 0 – restrições ao comércio altas.  | Heritage Foundation 2009   |
|                              | Inflação do país receptor               | Porcentagem do aumento do preço para o consumidor.  | World Bank Development indicators 2008   |
|                              | Burocracia do país receptor             | Avalia a burocracia existente no país receptor, representado pelo número de dias necessário para começar um negócio.  | Global competitiveness report: 2008-2009   |

Quadro 1 - Variáveis medidas e fontes de dados.

#### 4.3 PROCEDIMENTO

A especificação do modelo segue Wei (2000a) e Cuervo-Cazurra (2006). Como existem variáveis logaritimizadas em ambos os lados da equação - nomeadamente IED, população e distância -, essa especificação é referida como um modelo duplo-log (WEI, 2000a). Consideramos desfasamentos temporais de um ano entre a variável dependente e independente para dar conta do tempo necessário entre a análise do ambiente pelos gestores e a realização das atividades de IED (ver, por exemplo, CUERVO- CAZURRA, 2006). Para corrigir os problemas de heterocedasticidade, foram calculados erros padrão robustos, adotando o modelo de Wei (2000). Utilizamos a especificação Tobit dado que a variável dependente assume valores não negativos (ver também CUERVO-CAZURRA, 2008), e o log do IED mais um, dado que em alguns casos o IED pode ser zero.

#### 5 RESULTADOS

A Tabela 1 (Apêndice) mostra as estatísticas descritivas da amostra e correlações. Para testar se há problema de multicolinearidade nas estimativas, seguiu-se a abordagem recomendada por Neter, Kutner, Nachtsheim e Wasserman (1996) e calculamos os fatores de variância da inflação (FVIs) com todas as variáveis incluídas em cada modelo. Verificou-se, ainda, que os fatores de variância da inflação (FVI) estavam dentro de intervalos aceitáveis, denotando que não há problema de multicolinearidade nas estimações.

A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão. O modelo 1 inclui somente as variáveis de controle. O modelo 2 testa as Hipóteses 1 e 2, incluindo o impacto das duas facetas da corrupção – generalizada e arbitrária – sobre os influxos de IED. O coeficiente de *corrupção generalizada* é negativo e estatisticamente significativo ( $p < 0,05$ ), o que e isso significa que a corrupção generalizada influencia negativamente o influxo de IED. Este resultado apoia a Hipótese 1. No entanto, o coeficiente para a corrupção arbitrária não foi estatisticamente significativo, e não encontramos suporte empírico para H2.

O modelo 3 inclui os termos de interação para testar as hipóteses 3 e 4 sobre a interação de corrupção alta do país de origem com as duas dimensões de corrupção do país receptor. Testando H3, o coeficiente da interação foi positivo e estatisticamente significativo ( $p < 0,05$ ), evidenciando que, em comparação com os investidores de países com baixos níveis de corrupção, investidores de países os daqueles com altos níveis de corrupção são menos sensíveis à corrupção generalizada no país receptor. Ou seja, o efeito negativo da corrupção generalizada do país receptor sobre o IED é aliviado quando os investidores são de países com alta corrupção. Assim, a hipótese 3 foi confirmada. No entanto, o termo de interação da

corrupção arbitrária não é estatisticamente significativa e, portanto, não encontramos suporte empírico para a hipótese 4.

**Tabela 2 - Resultados da Regressão**

|   | <b>Modelo 1</b> | <b>Modelo 2</b> | <b>Modelo 3</b> |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| Corrupção generalizada do país receptor                                     | ---             | -0,230***       | -0,305***       |
| Corrupção arbitrária do país receptor                                       | ---             | 0,041           | -0,183          |
| País de origem com corrupção alta   | ---             | ---             | -3,768***       |
| País de origem com corrupção alta * Corrupção generalizada do país receptor | ---             | ---             | 0,212***        |
| País de origem com corrupção alta * Corrupção arbitrária do país receptor   | ---             | ---             | 0,410           |
| Distância Investidor-receptor   | -0,151***       | -0,071          | -0,104**        |
| Tamanho do país receptor (Pop. Ln)  | 0,536***        | 0,613***        | 0,579***        |
| País costeiro   | -0,223          | -0,274          | -0,292*         |
| Restrições do país receptor ao IED  | -0,517***       | -0,389*         | -0,332*         |
| Restrições ao comércio - país receptor                                      | 0,003           | -0,004          | -0,001          |
| Burocracia do país receptor   | 0,002           | 0,009           | 0,011           |
| Inflação do país receptor   | -0,050**        | -0,024          | -0,016          |
| <i>Intercepto</i>   | -2,459          | -3,135          | -1,152          |
| Chi <sup>2</sup>  | 112,4527        | 122,004         | 378,670         |
| N   | 875             | 875             | 875             |
| Probabilidade de log  | -2051,803       | -2046,656       | -1940,203       |

Nota: Número de observações = 875, \*\*\* p<0,01 \*\* p<0,05 \* p<0,1.

### 5.1 TESTES DE ROBUSTEZ

Para concluir, realizamos análises adicionais para a fim de ver quão robustos são os resultados sobre o efeito da corrupção. Primeiro, verificamos se os efeitos poderiam ser viesados por economias em transição ou emergentes. Os resultados estatísticos falharam em apresentar evidência de que tal efeito exista. Especificamente, dadas as ineficiências institucionais, e uma vez que esses países têm sido postulados como tendo altos níveis de corrupção arbitrária, além da generalizada, verificamos se o IED para esses países revelaram um padrão diferente do que os investimentos para outros locais, institucionalmente mais desenvolvidos. Ambas as análises de subgrupos e o inserir estes a inserção desses países como moderadores não apresentaram evidências estatisticamente significantes desse efeito. Outro conjunto de análise de sensibilidade implicou considerar medidas adicionais de desenvolvimento econômico e tamanho. Ao medir a dimensão do país pelo PIB na forma logarítmica, ao invés em vez de população, os resultados permanecerem idênticos. Também consideramos o nível de desenvolvimento tanto no país de origem como no receptor. Seguimos a classificação analítica do *World Bank* 2007 e criamos uma variável *dummy* que

assumiu o valor de 1 para países de renda alta e renda média alta, e 0 caso contrário. Todos os países investidores são de alta renda, e os resultados da análise de regressão mostraram-se robustos a esse teste adicional. Por fim, controlamos se o país receptor é produtor de petróleo com os dados coletados da administração de informações de energia dos EUA ([www.eia.gov](http://www.eia.gov)), e novamente não se obteve mudanças nas significâncias das hipóteses testadas.

Também verificamos a robustez temporal considerando um desfasamento de 2 anos ( $t-2$ ) entre as variáveis dependentes e independentes. Os resultados foram consistentes com os aqui apresentados e não houve mudanças na direção ou significância dos coeficientes. Os dados ainda foram analisados para verificar a existência de *outliers* que poderiam estar influenciando os resultados, e novamente não encontramos valores extremamente altos ou baixos sobre corrupção arbitrária ou generalizada. Adicionalmente, os dados não contêm multicolinearidade, conforme indicado pelas correlações individuais ou pelo fator de variância de inflação. Por fim, testamos se haveria alterações significativas nos coeficientes ao se inserir a corrupção arbitrária e a generalizada separadamente nas equações, mas os resultados continuam a revelar um coeficiente significativo somente para a componente de corrupção generalizada.

## **6 DISCUSSÃO**

Neste artigo pretendemos aprofundar o conhecimento sobre a relação entre a corrupção e os influxos de IED, complementando a pesquisa existente. À medida que os países se esforçam para capturar uma fatia maior dos fluxos de IED, pelo efeito promotor que pode ter na economia – criação de emprego, transferência de conhecimento e tecnologia, modernização das estruturas econômicas, receitas fiscais, entre outros -, é fundamental compreender quais os fatores que aumentam a atratividade dos países para os investidores estrangeiros.

A nossa análise do IED dos 28 países investidores em 49 países receptores confirmou que a corrupção generalizada do país receptor está relacionada com menores influxos de IED. Esses resultados confirmam grande parte de pesquisas prévias (por exemplo, WEI, 2000; HABIB; ZURAWICKI, 2002; VOYER; BEAMISH, 2004; CUERVO-CAZURRA, 2006, 2008), mas não encontramos um efeito para corrupção arbitrária, em contraste com muita pesquisa prévia (UHLENBRUCK et al., 2006; CUERVO-CAZURRA, 2008). A especificação do modelo permite calcular o impacto sobre os influxos de IED do aumento de uma unidade no nível de corrupção, ao inserir na equação o coeficiente de corrupção e IED. Por exemplo, estimamos que o aumento de uma unidade na corrupção generalizada do país receptor está

associado a uma redução de 26% nos influxos de IED ( $\text{Exp}(-3,05)-1=-0,26$ ). Ou seja, a corrupção generalizada reflete um aumento significativo nos custos de fazer negócios para os investidores estrangeiros, o que é uma forte barreira para a realização de IED.

Também é interessante notar que o impacto negativo significativo da corrupção generalizada pode surgir porque os investidores são mais capazes de avaliar com precisão os custos acrescidos de fazer negócios. De modo similar, as incertezas envolvidas nos ambientes arbitrários envolvem muitas formas idiossincráticas que são difíceis de medir. As dificuldades para as empresas podem surgir, por exemplo, nas formas de lidar com a corrupção incerta, ou arbitrária, que pode exigir diferentes modos de entrada, tais como as exportações, assumindo uma participação acionária parcial numa aquisição ou a seleção de parceiros locais para *joint ventures* (veja KARHUNEN; LEDYAEVA, 2012; LEE; WENG, 2013; PETROU; THANOS, 2013). Talvez, não tenha sido possível encontrar um efeito significativo para a arbitrariedade porque os países dos investidores aqui usados são de países pertencentes pertencem à OCDE e são signatários de acordos internacionais que visam evitar ou prevenir práticas corruptas. No entanto, dado que pesquisa prévia argumenta um efeito mais prejudicial da corrupção arbitrária do que da corrupção generalizada, maior atenção é necessária é necessário maior atenção dado que pesquisa prévia argumenta um efeito mais prejudicial da corrupção arbitrária do que da corrupção generalizada,. De qualquer modo, é provável as empresas evitem a arbitrariedade envolvendo-se em modos de entrada alternativos ao IED, tais como a exportação ou o uso de modelos colaborativo com empresas nos países receptores, tais como por exemplo, alianças estratégicas e *joint ventures*.

Os resultados confirmam que tanto quando a corrupção do país receptor ou investidor é baixa os fluxos de IED são mais baixos. Os resultados confirmam que quanto mais baixa é a corrupção do país receptor ou investidor, mais baixos são os fluxos de IED. No entanto, os resultados também revelam que quando ambos os países têm altos níveis de corrupção, o IED parece aumentar. De fato, avaliamos se haveria um efeito do nível de corrupção do país de origem, e encontramos que não somente a corrupção elevada em um país de origem correlaciona-se a uma redução do IED em um dado país receptor; o impacto negativo foi ainda maior do que a causada pela corrupção generalizada do país receptor. Embora isso possa ser simplesmente evidência — como sugerido por Uhlenbruck et al. (2006) — de que as empresas dos países mais corruptos — comparativamente às de outros países — fazem menos investimentos estrangeiros, há necessidade de mais pesquisa.

Os resultados demonstram que o impacto negativo da corrupção generalizada do país de origem pode ser aliviado quando os investidores são de países com altos níveis de corrupção. Conceitualmente, isso é interessante, pois parece apontar para a possibilidade de que as empresas em países mais corruptos podem desenvolver alguma capacidade, ou habilidade, específica de operar em meio à corrupção e manter o *know-how* sobre como lidar com a corrupção, como sugerido por Eriksson et al. (1997). Essa pode ser uma forma de habilidade de lidar com a corrupção desenvolvida no país de origem, ou habilidade de absorver a corrupção, que concede às empresas de países mais corruptos a capacidade de operar de forma mais eficaz em ambientes estrangeiros corruptos. Pesquisa futura pode aprofundar essa linha de investigação para entender melhor se essa capacidade pode ser mais ampla e abranger a capacidade de superar outras formas de insuficiências institucionais e explorar empiricamente o que realmente constrói tal capacidade e qual o seu valor para a expansão internacional.

#### 6.1 LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Várias limitações deste estudo estão relacionadas com a natureza dos dados. Os dados de IED usados foram em nível de país, embora fosse interessante capturar os efeitos em nível de empresa para entender o quão diferente elas atuam e, talvez, detectar padrões da indústria de como lidam com a corrupção. É, claramente, difícil obter dados ao nível de no âmbito de empresa e, especialmente, em um assunto tão sensível como a corrupção, pois torna-se improvável que as empresas divulguem suas práticas assim como os gestores relatam verdadeiramente suas ações. Então, pesquisa futura pode procurar construir um banco de dados no nível de empresa para examinar como as empresas criam estratégias ao entrarem em países com altos níveis de corrupção. É relevante notar que as empresas elas podem escolher diferentes modos de entrada quando se deparam com países receptores com altos níveis de corrupção. Focamos especificamente no IED, porém existem alternativas como é o caso de algumas parcerias. Por exemplo, em países com níveis altos de corrupção arbitrária, as empresas podem recorrer a alianças contratuais com as empresas do país receptor, ao invés em vez de se comprometer com investimentos de capital.

Os dados da pesquisa também não permitem distinguir os investimentos estrangeiros ao nível no âmbito da indústria nem as estratégias subjacentes a esses investimentos. Dado que Como os dados desta pesquisa são em nível de país, também não foi possível examinar se as empresas ao entrarem em países mais corruptos buscam empresas locais que possam fornecer legitimidade no país receptor e, em certa medida, proteger contra práticas corruptas. Ou seja,

numa perspectiva mais ampla, pesquisa futura poderá examinar como o impacto da corrupção difere com a natureza e indústrias dos investimentos estrangeiros.

Por fim, vale realçar que, embora seja interessante adicionar ao modelo uma série de outras variáveis de controle, há uma alta correlação entre as variáveis que as quais avaliam o grau de desenvolvimento dos países. Isso parece razoável uma vez que porquanto se espera que os países mais desenvolvidos também tenham melhor ambiente econômico, social, político, e assim por diante, que diminuam os custos de fazer negócios, incluindo os aspectos relacionados à corrupção de funcionários públicos e agentes privados.

## 7 CONCLUSÃO

Embora extensa, a pesquisa sobre o impacto da corrupção nos influxos de IED é em grande parte inconclusiva, e os testes empíricos proliferam adicionando diferentes variáveis de controle a nível no âmbito da empresa e do país (JUDGE et al., 2011). No entanto, todavia, a pesquisa explorando o quanto o país de origem importa tem sido escassa (CUERVO-CAZURRA, 2006, 2008; JUDGE et al., 2011), e este estudo lança algumas evidências empíricas quanto à existência de um efeito não trivial do país de origem. Embora tenhamos utilizado neste artigo uma simples medida dicotômica de corrupção do país de origem, conseguindo uma classificação para a corrupção alta versus não alta do país de origem do investidor, vale ressaltar que neste estudo argumentamos que as empresas podem desenvolver internamente uma capacidade de lidar com a corrupção. Essa capacidade é improvável de se desenvolver plenamente para níveis intermediários ou baixos de corrupção do país de origem. Em vez disso, as empresas são mais propensas a desenvolver plenamente essa capacidade sob condições de corrupção elevada no país de origem. Ou seja, uma capacidade de lidar de corrupção pode, pelo menos em parte, ser vista como baseada na localização.

Pesquisas adicionais encontrarão um grande número de possíveis variáveis que podem ser incluídas aos modelos empíricos e testadas. Estudos longitudinais também podem ser realizados para avaliar como mudanças no ambiente institucional ou político de um país podem influenciar o IED. De fato, embora conquanto pouco explorado até a data é, também, o quanto IED impacta a corrupção (KWOK; TADESSE, 2006) e como as empresas criam estratégias diante de ambientes corruptos (ROBERTSON; WATSON, 2004; JENSEN; LI; RAHMAN, 2010; SPENCER; GOMEZ, 2011; KARHUNEN; LEDYAEVA, 2012). Pode ser especialmente relevante ampliar a amostra de países além da OCDE e incluir, por exemplo, países como Brasil e China que têm se tornado grande receptores de influxos de IED na última década. Outros testes empíricos podem envolver simplesmente incluir outras variáveis

de controle, tais como controles de governança em nível de país (talvez utilizando as medidas de Kaufman, Kraay, e Mastruzzi no Banco Mundial) ou um índice de implementação (LAPORTA et al., 2006) que ofereça uma medida de transparência. Controles adicionais podem incluir a taxa de imposto das multinacionais no país de origem e no receptor que já foram associadas foi associada aos fluxos de IED (GOODSPEED et al., 2006), e diferentes formas de acordos (comércio ou outro) entre países que reduziriam a atratividade do IED (BROUTHERS et al., 2008).

Pesquisa futura pode considerar outros moderadores. Note-se que Brouters, Gao e McNicol (2008) propuseram resolver o debate sobre o impacto da corrupção no IED pela teorização e ao testar o argumento que é o tipo de investimento – destinado a obter mercado ou recurso – que importa. Neste sentido, o custo adicional de corrupção poderia ser compensado pela atratividade dos países para o IED que busca mercado, mas não para IED que busca recursos. Porém esses autores não avaliaram de fato as motivações estratégicas, e sim, utilizaram a indústria para determinar se o IED era orientado à obtenção de mercado (venda no atacado, transporte e serviços financeiros, etc.) ou se orientado à obtenção de recursos (tecidos, maquinário, etc.). Extensões com outros moderadores, tais como a estratégia prosseguida, podem ser caminhos de pesquisa frutíferos.

Compreender o impacto da corrupção sobre os fluxos de IED é importante para acadêmicos, profissionais e política pública. Para os acadêmicos, há uma contribuição para a linha de investigação sobre as relações entre a corrupção e a internacionalização das empresas por meio de investimento estrangeiro. Numa linha semelhante, à pesquisa há uma contribuição para a linha de investigação sobre as relações entre a corrupção e a internacionalização das empresas por meio de investimento estrangeiro, numa linha semelhante à da pesquisa sobre o efeito do ambiente institucional no comportamento de investimento estrangeiro pelas empresas multinacionais. No entanto, a implicação principal para a teoria pode ser convocar mais pesquisa sobre como as empresas podem desenvolver uma capacidade para lidar com a corrupção nos países receptores – essa é, provavelmente, uma forma de capacidade política (HILLMAN et al., 1999; HOLTBRÜGGE et al., 2007; JIMÉNEZ; DELGADO, 2012). Pelo menos em certa medida, parece razoável sugerir que as empresas são capazes de desenvolver capacidades políticas — cultivadas domesticamente — de lidar com uma variedade de ineficiências institucionais do país receptor.

Este estudo revelou que não é suficiente testar se a corrupção expande ou contrai os fluxos de investimentos estrangeiros. São as características tanto do país de origem quanto as

do receptor que, conjuntamente, afetam essa relação. Adicionalmente, o tipo de corrupção – generalizada ou arbitrária – parece importar para o IED (ver também CUERVO-CAZURRA, 2008). Portanto, estudos futuros precisam levar em conta o tipo de corrupção e, talvez, procurar medir outros componentes do construto maior que é a corrupção.

Para a política pública, este artigo destaca a importância de um desenvolvimento institucional mais eficaz e eficiente, idealmente livre de corrupção. No entanto, o estudo também aponta que se deve levar em consideração não apenas a corrupção do país receptor, mas também a capacidade das empresas de lidar com a corrupção dado o ambiente do país de origem. Finalmente, para os gestores, este artigo auxilia na compreensão do impacto da corrupção. O estudo nota, especificamente, que a corrupção gera custos adicionais e incertezas nas operações estrangeiras que podem desencorajar a realização de operações de IED. Não obstante, também chama a atenção para a distinção entre o tipo de corrupção que pode ser encontrado nos mercados estrangeiros e seus diferentes efeitos. Embora, como sugerido por Cuervo-Cazurra (2008), a arbitrariedade da corrupção pode ser mais prejudicial, este tipo de corrupção é também muito mais difícil de avaliar *a priori*. Requer um esforço adicional para identificar e compreender. Pelo contrário, a corrupção generalizada é mais fácil de entender e calcular. Embora a arbitrariedade da corrupção possa ser mais prejudicial — como sugerido por Cuervo-Cazurra (2008) —, ela é também muito mais difícil de ser avaliada *a priori* e requer um esforço adicional para identificá-la e compreendê-la, enquanto a corrupção generalizada é mais fácil de ser entendida e calculada.

A pesquisa acadêmica sobre como a corrupção influencia as empresas não é algo novo, mas também ainda não foi esclarecido. Tem havido um aumento no número de estudos que investigam a corrupção, talvez, pelo menos em parte, devido aos muitos escândalos econômicos e financeiros que têm perturbado o mundo dos negócios. No entanto, o tipo de corrupção e o que implica pode variar substancialmente, porém não é suficiente observar apenas o país receptor, e mostramos como os fluxos de IED podem ser impactados pela corrupção do país dos investidores. Avançamos com a possibilidade de as empresas de países mais corruptos poderem desenvolver uma capacidade de operar num ambiente corrupto e não se retraírem de realizar IED. Na verdade, pode ser que agir de forma corrupta pode estar esteja na mentalidade empresarial ou na forma de fazer negócios em países mais corruptos, reduzindo a sensibilidade das empresas ao entrarem em países receptores corruptos. Pesquisa futura tem ainda para necessita ainda explorar mais as complexidades envolvidas em como tal capacidade pode se desenvolver e como pode ser utilizada além fronteiras.

## NOTAS FINAIS

<sup>1</sup> Os 28 países investidores são: Áustria, Bélgica, Rep. Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Alemanha, Hungria, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Eslovênia, Eslováquia, Espanha, EUA, Turquia, Suíça, Suécia, Coreia do Sul e Reino Unido.

<sup>2</sup> Os 49 países receptores são: Albânia, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bulgária, Bielo-Rússia, Canadá, Croácia, Rep. Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, México, Moldávia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tajiquistão, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

<sup>3</sup> <http://www.cepii.fr/anglaisgraph/bdd/distances.htm>

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

**Manuel Ferreira** liderou o projeto escrevendo e revendo uma parte do artigo.

**Helder Carreira** – coletou os dados e fez testes estatísticos iniciais. Escreveu uma parte do trabalho.

**Dan Li** – corrigiu análises estatísticas e escreveu e reviu um parte do trabalho

**Fernando Serra** – reviu o trabalho, acrescentou literatura e participou na concepção do trabalho.

Todos os autores fizeram múltiplas revisões e acordaram na versão final submetida. Não há outras indicações específicas a apontar.

## REFERÊNCIAS

ABED, G.; DAVOODI, H. Corruption, structural reforms, and economic performance in the transition economies. International Monetary Fund, **IMF Working Paper**, No. 00/132, Washington, DC, 2000.

AHLSTROM, D.; BRUTON, G. Learning from successful local private firms in China: Establishing legitimacy. **Academy of Management Executive**, v. 15, n. 4, p. 72-83, 2001.

AIDT, T. Corruption, institutions and economic development. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 25, n.2, p.271-291, 2009.

BARBOPOULOS, L. et al. Foreign direct investment in emerging markets and acquirers' value gains. **International Business Review**, v. 23, p. 604-619, 2014.

BARDHAN, P. Corruption and development: a review of the issues. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 3, p. 1320-1346, 1997.

BÉNASSY-QUÉRÉ, A.; COUPET, M.; MAYER, T. Institutional determinants of foreign direct investment, **The World Economy**, v. 30, n. 5, p.764-782, 2007.

BEVAN, A.; ESTRIN, S. The determinants of foreign direct investment into European transition economies, **Journal of Comparative Economics**, v. 32, p. 775-787, 2004.

- BOGMANS, C.; JONG, E. Does corruption discourage international trade? **European Journal of Political Economy**, v. 27, n. 2, p. 385-398, 2011.
- BROUThERS, L.; GAO, Y.; MCNICOL, J. Corruption and market attractiveness influences on different types of FDI. **Strategic Management Journal**, v. 29, n. 6, p. 673-680, 2008.
- BUSSE, M.; HEFEKER, C. Political risk, institutions and foreign direct investment, **European Journal of Political Economy**, v. 23, n. 2, p. 397-415, 2007.
- CAMPOS, N.; KINOSHITA, Y. **Why does FDI go where it goes? New evidence from the transition economies**, WP 02/228, IMF Institute, 2003.
- COLLINS, J.; UHLENBRUCK, K. How firms respond to government corruption: Insights from India. In: WEAVER, K. (Ed.) **Academy of management best paper proceedings**. New Orleans: Academy of Management, 2004.
- CONTESSI, S. Geographical patterns in the location of FDI: evidence from central European regions. Instituto di Studi Latino-Americani-Bocconi, **Working Paper**, No. 3-2001, 2001.
- CUERVO-CAZURRA, A. Who cares about corruption? **Journal of International Business Studies**, v. 37, n. 6, p. 807-822, 2006.
- CUERVO-CAZURRA, A. Better the devil you don't know: type of corruption and FDI in transition economies. **Journal of International Management**, v. 14, n. 1, p. 12-27, 2008.
- DANIELE, V.; MARANI, U. Do institutions matter for FDI? A comparative analysis of the MENA countries, MPRA, **Working Paper**, No. 2426, 2006.
- DAUDE, C.; STEIN, E. The quality of institutions and foreign direct investment. **Economics e Politics**, v. 19, n. 3, p. 317-344, 2007.
- DELIOS, A.; HENISZ, W. Japanese firm investment strategies in emerging economies. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 3, p. 305-323, 2000.
- DELIOS, A.; HENISZ, W. Political hazards and the sequence of entry by Japanese firms. **Journal of International Business Studies**, v. 34, n. 3, p. 227-241, 2003.
- DOH, J. et al. Coping with corruption in foreign markets. **Academy of Management Executive**, v. 17, n. 3, p. 114-127, 2003.
- EGGER, P.; WINNER, H. Evidence on corruption as an incentive for foreign direct investment. **European Journal of Political Economy**, v. 21, n. 4, p. 932-952, 2005.
- GOODSPEED, T.; MARTINEZ-VAZQUEZ, J.; ZHANG, L. **Are other government policies more important than taxation in attracting FDI?** Georgia State University, Andrew Young School of Policy Study, Atlanta, 2006.
- GROSSE, R.; TREVINO, L. FDI in the US: an analysis by country of origin, **Journal of International Business Studies**, v. 27, n. 1, p. 139-155, 1996.
- HABIB, M.; ZURAWICKI, L. Corruption and foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, v. 33, n. 2, p. 291-307, 2002.

HENISZ, W. The institutional environment for multinational investment. **Journal of Law, Economics and Organizations**, v. 16, n. 2, p. 334-364, 2000.

HERRERA, A.; RODRIGUEZ, P. **Bribery and the nature of corruption**, Michigan State University, Department of Economics, 2003.

HILLMAN, A.; KEIM, G.; SCHULER, D. Corporate political activity: a review and research agenda. **Journal of Management**, v.30, n.6, p. 837-857, 2004.

HILLMAN, A.; ZARKHOODY, A.; BIERMAN, L. Corporate political strategies and firm performance: Indications of firm specific benefits from personal service in the US government. **Strategic Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 67-81, 1999.

HOLTBRÜGGE, D.; BERG, N.; PUCK, J. To bribe or to convince? Political stakeholders and political activities in German multinational corporations. **International Business Review**, v. 16, p. 47-67, 2007.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies**, Yale University Press, New Heaven, 1968.

JENSEN, N.; LI, Q.; RAHMAN, A. Understanding corruption and firm responses in cross-national firm-level surveys. **Journal of International Business Studies**, v. 41, p. 1481-1504, 2010.

JIMÉNEZ, A.; DELGADO, J. Proactive management of political risk and corporate performance: The case of Spanish multinational enterprises. **International Business Review**, v. 21, n. 6, p. 1029-1040, 2012.

JIMÉNEZ, A. Does political risk affect the scope of expansion abroad? Evidence from Spanish MNEs. **International Business Review**, v. 19, n. 6, p. 619-633, 2010.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.

JUDGE, W.; MCNATT, D.; XU, W. The antecedents and effects of national corruption: A meta-analysis. **Journal of World Business**, v. 46, p. 93-103, 2011.

KARHUNEN, P.; LEDYAEVA, S. Corruption distance, anti-corruption laws and international ownership strategies in Russia. **Journal of International Management**, v. 18, p. 196-208, 2012.

KINOSHITA, Y.; CAMPOS, N. Estimating the determinants of foreign direct investment inflows: How important are sampling and omitted variable biases? The Bank of Finland Institute for Transition Economies, BOFIT Discussion, **Working Paper**, No. 10, Helsinki, 2004.

KWOK, C.; TADESSE, S. The MNC as an agent of change for host-country institutions: FDI and corruption. **Journal of International Business Studies**, v. 37, p. 767-785, 2006.

LAMBSDORFF, J. How corruption affects persistent capital flows. **Economics of Governance**, v. 4, n. 3, p. 229-243, 2003.

- LEE, S-H.; WENG, D. Does bribery in the home country promote or dampen firm exports? **Strategic Management Journal**, v. 34, p. 1472–1487, 2013.
- LEFF, N. Economic development through bureaucratic corruption. **American Behavioral Scientist**, v. 8, n. 3, p. 8-14, 1964.
- LU, J. Intra- and inter-organizational imitative behaviour: Institutional influences on Japanese firms' entry mode choice. **Journal of International Business Studies**, v. 33, n. 1, p. 19-37, 2002.
- MAURO, P. Corruption and growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.
- MAURO, P. Corruption: causes, consequences and agenda for further research. **Finance & Development**, v. 35, n. 1, p. 11-14, 1998.
- MEYER, K. Institutions, transaction costs, and entry mode choice in Eastern Europe. **Journal of International Business Studies**, v. 32, n. 2, p. 357-367, 2001.
- NETER, J. et al. **Applied linear statistical models**. 4. ed. Chicago: Irwin, 1996.
- NORTH, D. **Institution, institutional change, and economic performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PETROU, A.; THANOS, I. The “grabbing hand” or the “helping hand” view of corruption: Evidence from bank foreign market entries. **Journal of World Business**, in press, 2013.
- ROBERTSON, C.; WATSON, A. Corruption and strategy. **Strategic Management Journal**, v. 25, n. 4, p. 385-396, 2004.
- RODRIGUEZ, P.; UHLENBRUCK, K.; EDEN, L. Government corruption and the entry strategies of multinationals. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 2, p. 383-396, 2005.
- ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption and government: causes, consequences and reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Corruption. **Quarterly Journal of Economics**, v. 108, n. 3, p. 599-617, 1993.
- SPENCER, J.; GOMEZ, C. MNEs and corruption: the impact of national institutions and subsidiary strategy. **Strategic Management Journal**, v. 32, n. 3, p. 280-300, 2011.
- TANZI, V.; DAVOODI, H. Corruption, public investment and growth. International Monetary Fund, **IMF Working Paper**, no. 97/139, Washington, DC., 1997.
- THORNTON, G. **International Business Report**. 2011. Disponível em: <[www.internationalbusinessreport.com](http://www.internationalbusinessreport.com)>.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Annual Report 2003**. Berlin, Germany, 2003.

UHLLENBRUCK, K. et al. The impact of corruption on entry strategy: Evidence from telecommunication projects in emerging market. **Organization Science**, v. 17, n. 3, p. 402-414, 2006.

VOYER, P.; BEAMISH, P. The effect of corruption on Japanese foreign direct investment. **Journal of Business Ethics**, v. 50, n. 3, p. 211-224, 2004.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

WEI, S.-J. Corruption in economic development: beneficial grease, minor annoyance, or major obstacle? World Bank Policy Research, **Working Paper**, 2048, 1998.

WEI, S.-J. How taxing is corruption on international investors? **Review of Economics and Statistics**, v. 82, n. 1, p. 1-11, 2000.

WERNICK, D.; HAAR, J.; SINGH, S. Do governing institutions affect foreign direct investment inflows? New evidence from emerging economies. **International Journal of Economics and Business Research**, v. 1, n. 3, p. 317-332, 2009.

WHEELER, D.; MODY, A. International investment location decisions: the case of U.S. firms. **Journal of International Economics**, v. 33, n. 1-2, p. 57-76, 1992.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.

WORLD BANK. **World development indicators 2009**. Washington D.C.: World Bank, 2009.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global competitiveness report 2008-2009**. 2009.

XU, L.; LI, H.; ZOU, H. Corruption, income distribution, and growth. **Economics e Politics**, v. 12, n. 2, p. 155-181, 2000.

## APÊNDICE

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas e Correlações

| Variáveis                                 | Média  | Desvio Padrão | 1        | 2       | 3       | 4       | 5        | 6        | 7        | 8       | 9        | 10      |
|---|--------|---------------|----------|---------|---------|---------|----------|----------|----------|---------|----------|---------|
| 1. Ln Influxo IED                         | 4,161  | 3,151         |          |         |         |         |          |          |          |         |          |         |
| 2. Corrupção arbitrária - país receptor   | 0,664  | 0,292         | -0,036   |         |         |         |          |          |          |         |          |         |
| 3. Corrupção generalizada - país receptor | 2,047  | 1,182         | -0,235** | -,060*  |         |         |          |          |          |         |          |         |
| 4. País de origem com alta corrupção      | 0,491  | 0,500         | -0,438** | -0,000  | 0,000   |         |          |          |          |         |          |         |
| 5. Dimensão do país receptor              | 16,341 | 1,351         | 0,180*   | -,064*  | ,129**  | 0,000   |          |          |          |         |          |         |
| 6. Distância Investidor-receptor          | 4,848  | 2,426         | -0,251** | ,032    | ,711**  | -0,046  | -0,139** |          |          |         |          |         |
| 7. País costeiro                          | 1,600  | 0,559         | 0,027    | ,101**  | -,183** | 0-,028  | 0,190**  | -0,156** |          |         |          |         |
| 8. Burocracia do país receptor            | 19,524 | 12,285        | -0,085*  | ,016    | ,410**  | 0,000   | 0,012    | 0,282**  | -0,100** |         |          |         |
| 9. Restrições ao comércio - país receptor | 82,973 | 7,947         | 0,080*   | ,093**  | -       | 0,454** | 0,000    | -0,258** | -,266**  | 0,078** | -0,124** |         |
| 10. Inflação do país receptor             | 6,999  | 5,449         | -0,243** | -,255** | 0,642** | 0,020   | -0,057*  | 0,592**  | -0,227** | 0,209** | -0,314** |         |
| 11. Restrições do país receptor ao IED    | 1,817  | 0,723         | -0,215** | -,086** | 0,600** | 0,027   | ,069*0   | 0,457**  | -0,125** | 0,464** | -0,560** | 0,572** |

\*\* Correlação é significativa ao nível de 0,01 (bi caudal). \* Correlação é significativa ao nível de 0,05 (bi caudal).